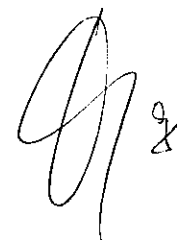


Piscina de água salgada – O que é diferente ?

Qual a diferença entre uma piscina de água salgada e uma piscina tratada pelo sistema convencional com cloro industrializado

Piscina de água salgada – 0,5 - 1,0 ppm cloro
Piscina com tratamento tradicional – 3,0 – 10,0 ppm cloro

Não usa nenhum cloro industrializado, líquido, em tabletes ou granulados .
Não precisa de algécidas
Não precisa usar barrilha / carbonato de sódio



Não utilizando produtos químicos desagradáveis , você elimina a fonte de irritação que atormenta os usuários de piscinas : coceiras, irritações na pele , cabelos verdes, olhos vermelhos, etc..

Níveis estabilizadores controlados

Quando você usa cloro em tabletes , você deve adicionar 0,5 Kg aproximadamente de estabilizador para cada 1 Kg de tabletes que coloca na piscina. O nível de estabilizador aumenta até 100 ppm e seu cloro torna-se ineficaz resultando em uma pobre sanitização e aparecendo algas amarelas .

Com o sistema de sal você adiciona o estabilizador quando for necessário e assim deixa o nível baixo. O cloro se mantém muito eficaz e você precisa muito menos cloro para o perfeito funcionamento.

Em piscinas publicas, é necessário drenar o sistema quando o nível de estabilizador exceder 100 ppm. O sistema de água salgada evita este problema.

Controle superior de algas

Sistema de água salgada virtualmente elimina problema de algas. Isto porque o cloro que se forma na piscina não é inibido pelos altos níveis de estabilizador



A DIVISÃO LEGISLATIVA CERTIFICA:

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 011/93 -

SOBRE A MATÉRIA:

não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto.

existe o registro de súmula por outro Vereador sobre o assunto, em anexo.

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:

Não

Sim, Conforme anexo

- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:

não há qualquer óbice.

a proposição é idêntica a outra (anexo) Já aprovada (167, I, a RI)
 Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)
 Já transformado em diploma legal (167, I, C)

a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

Trata-se de Indicação e/ ou requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro já aprovado (artigo 167, inciso VI) conforme documento anexo.

- QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO.

não há qualquer óbice.

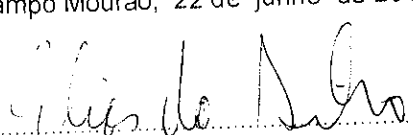
a proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos.

a proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação - nº..... (em anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "d", do R.I.

a proposição tem conteúdo que foi objeto de Indicação ou Requerimento aprovados nos últimos 6 (seis) meses (cópia anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "e", do R.I.

a proposição refere-se a objetivo/meta não incluído no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes - art. 128, § 2º, do R.I.

Campo Mourão, 22 de junho de 2010.


.....
ELIAS DA SILVA

Chefe da Divisão Legislativa



1008/10



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Harrison José Borges, 895 - Telefone (44) 3523-54.21 - CEP 87300-380

C.N.P.J. 79.869.772/0001-1

[e-mail:legislativomunicipal@start.com.br](mailto:legislativomunicipal@start.com.br)

www.camaracm.com.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

PARECER PRELIMINAR: DATA DO RECEBIMENTO PARA PARECER: 23/06/2010.

- | | | | | | |
|---|-------|-------|---|-------|-------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Indicação nº | 1068 | /2010 | <input type="checkbox"/> Projeto de Lei nº | _____ | /2010 |
| <input type="checkbox"/> Indicação Legislativa nº | _____ | /2010 | <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução | _____ | /2010 |
| <input type="checkbox"/> Requerimento | _____ | /2010 | <input type="checkbox"/> Emenda à L.O.M. nº | _____ | /2010 |
| <input type="checkbox"/> Outros | _____ | /2010 | <input type="checkbox"/> Moção nº | _____ | /2010 |

AUTOR (ES): Helton

OCORRÊNCIAS:

- Preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legalidade.
- Verificação de Prejudicialidade.
- Vício de competência da matéria. Competência do (a).....
- Vício de origem. Competência privativa do (a).....
- Inconstitucional por ferir:.....
- Inorgânico por ferir:.....
- Ilegal por ferir:.....
- Possível corrigir ilegalidade/inconstitucionalidade através de emendas.....
- Necessário corrigir nos seguintes pontos:.....
- Necessário estudo aprofundado pela Assessoria Jurídica.
- Parecer Jurídico em anexo.
- Diligências necessárias ou sugeridas:
- A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art. da LDO.
- A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art. do PPA.

Parecer prolatado em 23/06/2010.

- favorável à tramitação.
- favorável à tramitação com emendas.
- Pela apresentação de substitutivo
- Contrário à tramitação
- Emendas em anexo.
- Substitutivo em anexo.
- Diligências.

Valter Francisco da Silva
 Procurador Parlamentar
 Oab/Pr 29.391